



“ENFRETEI MUITAS TEMPESTADES COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL”: UM DEBATE SOBRE IDENTIDADE DOCENTE E HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

“I have faced many storms as a teacher of Early Childhood Education”: a debate on teaching identity and male homosexuality

Vinicius Expedito Mena **OLIVEIRA**
Pedagogo
Universidade Federal de São Paulo
Departamento de Educação
Guarulhos, São Paulo, Brasil
viniciusmena@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4285-4827> 

Daniela **FINCO**
Professora Associada
Universidade Federal de São Paulo
Departamento de Educação
Guarulhos, São Paulo, Brasil
dfinco@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-5731-1091> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo aborda questões sobre identidade docente, relações de gênero e diversidade sexual no âmbito da Educação Infantil. Discute a construção da identidade docente a partir das experiências de professores homens assumidamente gays que atuam ou atuaram diretamente com a educação e com o cuidado de crianças pequenas, em creches e pré-escolas. A partir das respostas a questionários semiabertos, a pesquisa analisa as experiências desses docentes, buscando compreender as possibilidades, os entraves e os desafios do trabalho educativo com crianças pequenas. Este estudo traz o debate acerca das causas e consequências geradas tanto pelo preconceito de gênero, quanto pela discriminação sexual dentro dessas instituições de Educação Infantil. Busca, portanto, contribuir para o avanço do conhecimento no campo da Educação Infantil, além do combate ao sexismo e à homofobia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Relações de gênero. Identidade docente. Diversidade sexual.

ABSTRACT

This article addresses questions about teacher identity, gender relations, and sexual diversity in the context of Early Childhood Education. It discusses the construction of the teaching identity based on the experiences of openly gay teachers who work or have worked directly with education and the care of young children, in daycare centers and preschools. From the answers of semi-open questionnaires, the research analyzes the experiences of these teachers seeking to understand the possibilities, the obstacles, and the challenges of educational work with young children. It brings up the debate about the causes and consequences generated by both gender prejudice and sexual discrimination in the public sphere within early childhood education institutions. It seeks to contribute to the advancement of knowledge in the field of Early Childhood Education and, in addition, combats sexism and homophobia.

KEYWORDS: Early Child Education. Gender relations. Teaching identity. Sexual diversity.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca problematizar as relações entre a construção da identidade docente, questões de gênero e a diversidade sexual no âmbito da Educação Infantil. Para tanto, ele tem como base uma pesquisa (OLIVEIRA, 2018) que buscou compreender a construção da identidade docente a partir das experiências de professores homens homossexuais que atuam ou atuaram diretamente com a educação e com o cuidado das crianças pequenas em creches e pré-escolas.

Este estudo, aponta, também, os entraves de nosso contexto político atual, buscando contribuir para possíveis discussões que façam avançar o conhecimento no âmbito acadêmico sobre as relações de gênero e de diversidade sexual, existentes nas instituições educacionais, assim como para a eliminação das violências de gênero e discursos de ódio, tão presentes em nossa sociedade atualmente.

Os desafios para pensarmos sobre a diversidade sexual no âmbito da educação esbarram na compreensão de normalidade e de parâmetros tradicionais ainda muito presentes na cultura das instituições de Educação Infantil. Refletir sobre como as práticas homofóbicas acontecem no âmbito de creches e pré-escolas e identificar como as dificuldades que se dão acerca destes ambientes educativos, podem iniciar um diálogo, quebrando o silenciamento e o ciclo de práticas discriminatórias, desde a educação da pequena infância. O trecho do depoimento de um dos professores participantes da pesquisa, e que dá o título a este artigo, aponta pistas para iniciar esta reflexão:

Enfrentei muitas “tempestades” como professor na Educação Infantil. Muitas vezes tive que ficar neutro diante dos conflitos para assumir uma postura apaziguadora. Não me posicionei como deveria e como gostaria diante da homofobia que enfrentei. Isso eu lamento! (Professor Everaldo).

Este artigo visa promover o debate relativo ao lugar desses profissionais, revelando os desafios enfrentados por eles diante do problema da dicotomia cuidar e educar e das desigualdades na divisão do trabalho em relação à presença de homens, assumidamente gays, dentro destes espaços educativos, temática ainda invisibilizada e pouco debatida no campo de Estudos da Educação Infantil.

A Educação Infantil é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional Brasileira (LDB) como a primeira etapa da Educação Básica brasileira (BRASIL, 1996). Ofertada em creches e pré-escolas, essa etapa marca o início do processo de aprendizagem e interação social das crianças, quando convivem, pela primeira vez, em um grupo mais amplo e com características diferentes de seu ambiente familiar.

Pesquisas revelam que esse universo é, no entanto, profundamente marcado pelas relações desiguais entre mulheres e homens que são produzidas internamente no âmbito das relações hierárquicas formais e institucionais (SILVA; SILVA; FINCO, 2020). Assim, analisar a constituição da identidade docente na Educação Infantil exige a problematização das marcas históricas e culturais, de modo a desconstruir a lógica da associação entre as características "ditas femininas" e as habilidades naturais para o cuidado e a educação das crianças (FINCO, 2016).

Diferente dos outros níveis e etapas da educação, que nascem como espaços de atuação masculina e vão se feminilizando, a Educação Infantil tem um diferencial: ela surge como um campo de atuação profissional feminino, sendo historicamente estabelecido como um território de atuação das mulheres (CERISARA, 1996; SAPAROLLI, 1997; ÁVILA, 2002; KUHLMANN JR, 2011). Reforça-se, assim, o "mito" tão fortemente enraizado de que, para ser profissional da Educação Infantil, basta ser mulher, delicada e gostar de criança.

Essa suposta aptidão feminina para lidar com as crianças pequenas trouxe reflexos para o cotidiano educativo, assim como para a constituição da identidade profissional desses/as docentes. Isso porque a construção da profissão docente na Educação Infantil está supostamente associada às características femininas, na medida em que ser mulher, mãe e professora condiciona essa forma de atuação profissional (ÁVILA, 2002). A díade mãe-filho e a ideia de "substituta materna" (KUHLMANN JR, 2011), tão associada às creches brasileiras na década 1970, ainda coloca-se na relação pedagógica e traz a consideração de que a conciliação entre a função de mãe e de professora é um fato desejável e "natural".

A visão de creches e pré-escolas como substitutas maternas impede que a Educação Infantil busque sua especificidade e dificulta, também, a identificação do/a educador/a como uma figura profissional, que é capaz de relacionar-se com a criança sem imitar a mãe e sem refugiar-se na tarefa do/a professor/a do Ensino Fundamental, inadequada e insuficiente para a educação da criança pequena.

As marcas da maternidade são fortes na Educação Infantil, mas, ao pensar no homem como docente que nela atua, revela-se a existência de diversas formas de cuidar/educar, o que não é somente uma prerrogativa das mulheres, mas também dos homens. "A maternagem¹ se aprende no fazer diário, o que leva a crer que os homens

¹ A despeito da farta literatura sobre o cuidado numa perspectiva sociológica, elaborada com base na teoria feminista em nível internacional, pouco ainda foi incorporado à pesquisa nacional nas análises sobre o trabalho docente na Educação Infantil (SAYÃO, 2005).

e mulheres são capazes de cuidar de crianças e isso só depende de experiências provenientes de seu contexto sociocultural” (SAYÃO, 2005, p. 165). Assim como as mulheres, não só os homens aprendem a cuidar, mas homens diferentes cuidam de formas diferentes e mulheres diferentes cuidam de formas diversas. Isso leva a crer que não há um jeito universal masculino ou feminino de cuidar, desconstruindo a ideia de que somente as mães seriam as mais adequadas e responsáveis pela socialização e educação das crianças.

Desse modo, discutir as identidades docentes em creches e pré-escolas significa considerar o espaço da Educação Infantil como lugar de confronto e convívio com as diferenças. É preciso refletir sobre a organização do trabalho docente, considerando as especificidades do trabalho de cuidar e educar crianças pequenas e suas relações com as características, construídas social e culturalmente, pelo trabalho feminino e, sobretudo, problematizar os valores sexistas, misóginos e homofóbicos de nossa sociedade.

Nesse processo, faz-se necessário compreender gênero como uma importante categoria de análise. Além disso, entender as relações sociais da docência atadas às diferenciações entre o masculino e o feminino, pela perspectiva das relações de gênero, nos levam à compreensão de significados produzidos no campo simbólico acerca de homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Gênero compreende uma categoria de análise histórica que nos permite perceber as relações sociais que estabelecem saberes para a diferença sexual, isto é, saberes que dão significados às diferenças corporais e que implicam numa organização social a partir delas. Esses saberes não são absolutos, mas, sim, relativos a cada cultura. Dessa forma, pode-se dizer que diferentes organizações sociais estruturam, em distintos períodos da história, modelos normativos de masculinidades e feminilidades e lhes delegam hierarquias, poderes e valores.

Na história da pedagogia, houve uma descoberta tardia das relações de gênero que permeiam os processos educativos das crianças, bem como os processos de formação de professores e professoras (CAMBI, 2000). É possível destacar que o silêncio da área se transforma com a atuação dos movimentos sociais e, também, por meio das pesquisas recentes que apontam para as contradições contemporâneas de uma pedagogia das diferenças, que é comprometida com a emancipação humana. Desse modo, não é mais possível pensarmos a docência e as instituições de educação sem articulá-las aos aspectos que envolvem a diversidade de gênero.

Apontamos alguns estudos que aprofundam a discussão dessa temática, como os

de Cerisara (2002), Sayão (2005), Ramos (2013) e Silva (2014), que investigaram a inserção dos homens nesta etapa da educação básica. Assim como, mostramos outros estudos que discutiram os estranhamentos causados aos docentes do sexo masculino, como os de Amâncio (1998), Rios (2007) e Borrillo (2010), que apresentam questões para refletir sobre os preconceitos de gênero e a homofobia.

Ao elucidar tais questões no campo das políticas públicas, a pesquisa de Silva e Buss-Simão (2018) também denuncia a invisibilidade do homem na Educação Infantil. Essa pesquisa buscou localizar, nos documentos curriculares da Educação Infantil, as concepções a respeito de gênero, sexo e sexualidade e identificou que a palavra *homem* não é utilizada no texto de um dos documentos mais importantes desta etapa da educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2010).

Por meio dos resultados dessas pesquisas, buscamos problematizar qual é o espaço que a diversidade sexual ocupa nas creches e pré-escolas, objetivando, ainda, reconhecer os múltiplos desafios, as possibilidades e os entraves frente às mudanças, históricas e sociais, que ocorrem nesta etapa da educação. Trata-se de questões fortemente invisibilizadas e conflitivas que permeiam o cotidiano das relações nos espaços e tempos da Educação Infantil e que demandam o debate. Além disso, ao pesquisarmos sobre Educação Infantil e docência de homens homossexuais, podemos perceber a urgência da temática dada e a lacuna de pesquisas que abordam a questão da diversidade sexual, presentes neste espaço educacional.

O presente estudo consiste, portanto, em uma pesquisa qualitativa exploratória, com a seleção de sujeitos por meio de uma amostragem em "Bola de Neve". A "amostragem bola de neve é um método tipicamente utilizado com populações raras ou desconhecidas" (DEWES, 2003, p. 10) e pressupõe que os indivíduos da sociedade estão ligados por características de interesse, ou seja, que são capazes de identificar outros indivíduos com as mesmas peculiaridades.

Neste estudo, a identificação do primeiro professor-participante nos levou ao segundo, que nos levou ao próximo e, assim, sucessivamente. O primeiro passo consistiu em encontrar indivíduos que pertencessem à população-alvo do estudo, sendo estes as "sementes" da amostra, tornando-se pessoas mais acessíveis durante a pesquisa. A partir destes, adotamos o método bola de neve. Assim, esses sujeitos, denominados "sementes", indicaram outros indivíduos que julgaram serem membros da população-alvo, criando-se uma rede. Seguimos esta metodologia até que o tamanho satisfatório da amostra de 05 professores fosse alcançado.

Dentre as vantagens desse método de pesquisa, está a sua eficiência em adentrar populações difíceis de serem encontradas, ou mesmo aquelas que são desconhecidas, o que se dá por diversos motivos, como, por exemplo, não haver pesquisas em torno da temática sobre docentes homossexuais na Educação Infantil e com o fato de que, muitas vezes, esses docentes podem ter suas identidades não reveladas socialmente por diferentes razões, tornando-se indivíduos desconhecidos. Sendo assim, o método bola de neve se tornou uma ferramenta de pesquisa facilitadora do encontro e diálogo com os docentes que participaram da pesquisa.

Após definirmos os sujeitos de pesquisa, considerando a possível distância física entre eles, o instrumento para a coleta de dados, usado neste estudo, foi uma grade de questões exploratórias que serviram de base para definir melhor o questionário misto final a ser aplicado por meio de contato indireto, especificamente, por *e-mails* encaminhados juntamente com os Termos de Consentimentos Livre e Esclarecido, seguindo os cuidados éticos necessários. Os participantes concordaram em participar prontamente e o período de envio e de retorno das respostas aos questionários foi de uma semana a um mês para serem encaminhadas. Para o trabalho de análise de conteúdo, realizado à luz do referencial teórico investigado, os sujeitos participantes desta pesquisa, apresentados no Quadro 1 abaixo, foram 05 docentes que estavam atuando na Educação Infantil em creches ou pré-escolas e que se assumiram gays no contexto social das instituições de Educação Infantil em que trabalham.

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos de pesquisa

Nome Fictício	Idade	Formação	Tempo de atuação na Educação	Tempo de atuação na Educação Infantil
André	31 anos	Pedagogia	5 anos	5 anos
Bruno	31 anos	Pedagogia	8 anos	5 anos
Carlos	29 anos	Pedagogia	5 anos	2 anos
Denis	30 anos	Pedagogia	11 anos	10 anos
Everaldo	33 anos	Pedagogia	12 anos	8 anos

Fonte: Oliveira (2018).

Desse modo, o artigo procura contribuir para essa discussão, apresentando, a partir das experiências descritas por esses sujeitos, quem são os docentes que atuam na Educação Infantil no Estado de São Paulo e como se constituem socialmente as suas identidades profissionais. Este estudo apresenta os relatos sobre suas relações com as crianças, com a equipe docente e gestora e com as famílias, diante do desafio cotidiano de ser professor homossexual na Educação Infantil, apontando, ainda, para

os significados das práticas sexistas e homofóbicas, analisadas a partir do ponto de vista desses professores.

IDENTIDADE DOCENTE E DESIGUALDADES DE GÊNERO: ENTRE INVISIBILIDADES E PERSISTÊNCIAS

Quem são as/os docentes que atuam na Educação Infantil e como constituíram histórica e socialmente as suas identidades profissionais? Dialogando com as pesquisas que enunciaram sobre a presença majoritária de mulheres e a inserção dos homens nessa etapa da educação, apresentamos essas questões para problematizar as desigualdades de gênero e sua relação com a constituição da identidade docente.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através da "Sinopse Estatística da Educação Básica" (BRASIL, 2020), apresenta dados consolidados por meio do Censo Escolar, um instrumento de coleta de informações da educação básica, pelo qual realiza um levantamento estatístico do cenário educacional brasileiro. Os dados revelam que, em todo o território nacional até o ano de 2019, atuou na Educação Infantil um total de 599.473 profissionais, sendo 312.615 em creches e 327.699 em pré-escolas (em dependências administrativas federais, estaduais, municipais e privadas). No que diz respeito ao recorte por sexo, encontramos 240.863 mulheres e 5.708 homens atuando em creches e 289.469 mulheres e 14.358 homens atuando em pré-escolas. Em média, portanto, para cada 42 profissionais mulheres (97,47%) que atuam como docentes em creches, encontramos 1 homem (2,53%) e para cada 20 profissionais mulheres (94,65%) que atuam como docentes em pré-escolas, encontramos 1 homem (5,35%). Mas por que ocorre essa discrepância entre profissionais que atuam como docentes na área da Educação Infantil?

A profissão docente no âmbito da Educação Infantil se constitui pela relação entre o público e o privado e nos provoca a pensar na questão reducionista da divisão de papéis e funções específicas para homens e mulheres, ajudando na compreensão dos diferentes modos pelos quais o gênero opera estruturando o social e, com isso, ressignificando a fixidez de tais papéis e funções (SAYÃO, 2005).

As modernas sociedades ocidentais fixaram as características "básicas" de homens e mulheres com base nos aspectos biológicos, invisibilizando outras formas de vivenciar a experiência social com base nas múltiplas formas de expressar masculinidades e feminilidades. A normalização da dicotomia homens versus mulheres

acabou por fundar a forma de pensamento segundo a qual há um único jeito de ser feminino e um jeito exclusivo de ser masculino. Isto é, há comportamentos, atividades e funções que são entendidas como adequadas, "naturais", apropriadas etc. para as mulheres ou para os homens. Assim, a cristalização dos papéis masculinos e femininos, no cotidiano da Educação Infantil, pode levar à classificação e à hierarquização das diferentes práticas que acabam por criar a distinção entre os comportamentos anormais e os normais, situando lugares a serem ocupados (FINCO, 2016, p. 26).

A identidade profissional dos/as docentes que atuam no campo da Educação Infantil passa a ser um processo de construção histórica. Diante desse contexto, percebemos que a docência masculina na área vem sendo inventada e, embora existam desigualdades de gênero presentes na profissão docente, essa etapa da educação vem sendo ocupada tanto por mulheres quanto por homens.

Um dos elementos centrais que caracterizam a especificidade da educação em creches e pré-escolas está ligado aos diferentes contextos em que a educação pode acontecer. Em casa, junto aos pais, a educação da criança acontece de forma individual e privada, já a creche e a pré-escola possibilitam uma educação coletiva, o que garante à criança diferentes experiências, possíveis através da convivência com as diferenças de: sexo, idade, etnia, religião etc. (FINCO, 2004, p. 8).

Nos últimos anos, diversas pesquisas foram realizadas articulando as questões de gênero e a educação de crianças pequenas. Não é mais possível pensar no magistério sem articular questões que envolvam a diversidade de gênero, assim como o combate a práticas sexistas e homofóbicas, desde as primeiras relações na Educação Infantil. A pesquisa de Silva (2006) aponta que a presença masculina não denota uma "invasão" no espaço feminino, mas, sim, uma colisão entre diferentes formas de pensar e atuar no cuidado e na educação das crianças pequenas, pautadas na diversidade e no respeito às diferenças.

Ramos (2013) aponta para um estranhamento em relação à presença masculina por parte da comunidade escolar que enxerga o professor homem como um corpo estranho, um forasteiro, um sujeito fora do lugar. "O ingresso desses sujeitos altera a maneira como a comunidade escolar percebia a educação das crianças pequenas e suas profissionais e faz emergir questões relacionadas às relações de gênero e à sexualidade desses novos atores" (RAMOS, 2013, p. 1). Ser homem ou mulher é o efeito de uma construção social na qual estão as relações de poder em que diferenças geram hierarquias e desigualdades. Sendo assim, exercer atividades opostas à sua própria condição de gênero transforma-se em algo vetado em uma sociedade que foi constituída historicamente a partir da divisão sexual do

trabalho, em que homens e mulheres possuem determinados papéis sociais.

Para Medrado (1998), a inserção de homens na área docente tem concebido preocupações diversificadas, particularmente no que se refere à norma dos educadores homens. De acordo com o autor, estudos estrangeiros também apontaram que a presença desses docentes no interior da escola gera perturbações e inquietações quanto a um pressuposto de abuso sexual contra a criança. As pesquisas revelam que ainda existem muitos preconceitos em torno deste profissional, sendo que o medo da violência física contra as crianças está sempre presente nas relações, como se houvesse um potencial abusador disfarçado no pretexto da docência (MEDRADO, 1998; SILVA, 2014).

Verifica-se, assim, que a presença do professor homem em espaços de educação e cuidado de crianças pequenas é vista como algo fora do lugar e que, se possível, deve ser evitada. Entretanto, o que será que acontece quando cruzamos as identidades docentes com as identidades sexuais destes homens que ocupam o espaço da Educação Infantil?

OS DESAFIOS DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Através das experiências descritas pelos professores participantes da pesquisa, podemos refletir sobre quais são os desafios e os entraves que estes docentes enfrentam em seus cotidianos na Educação Infantil e destacar, principalmente, o potencial de suas presenças para superar a homofobia institucionalizada no espaço da Educação Infantil. Os professores participantes da pesquisa revelaram que as relações com as crianças são uma das poucas situações que não são permeadas pela força do preconceito:

Sempre tive uma relação muito boa com as crianças. É claro que no início elas estranham o fato de ter um homem naquele espaço, realizando as mesmas funções que as suas antigas professoras. Muitas estão acostumadas com um homem apenas como professor de Educação Física. Mas este estranhamento em poucos dias acaba, e tanto os meninos quanto as meninas se dirigem a mim da maneira como fariam com as professoras. Além disso, a presença de um professor na escola acaba se tornando normal. Quando passo pelos corredores percebo que as crianças de outras turmas não estranham a situação (Professor Bruno).
A relação com as crianças é ótima, não tem diferença. Ser homem na Educação Infantil não difere esta relação com as crianças. A diferenciação se dá no trato com as famílias, com a comunidade escolar como um todo (Professor Denis).
Tenho uma relação boa com crianças e vejo que elas confiam em mim e nas minhas propostas de trabalho (Professor Carlos).

São muitos os desafios do trabalho com as crianças pequenas, porém quando se trata da presença de um homem nesta profissão, dimensões perversas permeiam

as experiências docentes dos professores participantes nas relações com seus colegas de equipe. Quando questionados sobre a relação com outras/os profissionais da equipe docente, os participantes ainda revelam muitos desafios para lidar com um preconceito institucionalizado:

Encontrei profissionais que manifestaram preconceito e desprezo por mim. Desconfiança, julgaram que eu não seria capaz antes de eu chegar, porém foram esses que me deram indicadores de onde eu poderia melhorar (Professor Everaldo).

O fato de ser o primeiro e único homem que atua neste espaço já é um desafio por si só. Logo quando entrei no CEI, em um momento de descanso dos professores, soltaram uma brincadeira na qual apostaram entre si se eu conseguiria trocar a fralda de, pelo menos, uma criança, pois um homem não conseguiria fazer isso. Mesmo após dois anos trabalhando aqui, ainda ouço coisas do gênero (Professor André).

Quando relatam a relação com a equipe e sobre a divisão de tarefas, ao longo da rotina, os dados nos revelam tarefas fortemente diferenciadas entre homens e mulheres. Dessa forma, o que encontramos são diferenças na execução das funções docentes e, também, nas turmas em que o professor pode assumir, principalmente quando é recém-contratado, já que ninguém conhece a índole desse profissional. Percebemos, aqui, aquilo que Ramos (2011, p. 61) nomeou como “estágio comprobatório”. Segundo Ramos (2011), o homem na docência passa por dois estágios para efetivação do cargo: o primeiro é parte do ingresso no serviço público e compreende uma prerrogativa legal (estágio probatório); o segundo é uma avaliação subjetiva e que se dá na esfera do simbólico e das relações interpessoais (estágio comprobatório).

As experiências relatadas carregam a forte separação do cuidar e do educar, principalmente quando se trata do cuidado com os corpos dos meninos pequenos e das meninas pequenas. Revelam, além disso, que docentes homens “precisam oferecer provas de idoneidade, competência, habilidade e, especialmente, de uma sexualidade que não ofereça riscos para as crianças” (RAMOS, 2011, p. 61). Os dados mostram, ainda, em relação às desigualdades nas divisões das tarefas, que:

Depois de muitas lutas, divido as minhas ações de forma igual com a minha colega. No entanto, em meu primeiro ano, sempre havia receio tanto das outras professoras quanto da antiga coordenadora pedagógica, nas horas de dar banho e de trocar – principalmente as meninas. Me aconselhavam a fazer tudo de porta aberta e que desempenhasse essas funções se fosse o último caso, pois existiam auxiliares que, supostamente, haviam mais experiências do que eu. Nas horas das atividades em áreas externas, sempre me sentia vigiado e me aconselhavam a não tocar muito nas crianças, tais coisas que em nenhum momento percebi serem direcionadas as outras profissionais. Como é que poderia, principalmente, cuidar das crianças sem poder, ao mínimo, tocá-las? (Professor André).

Existem algumas pequenas divisões. Não sou proibido, mas me é sugerido que eu não entre no banheiro com as meninas e com os meninos apenas no momento da

escovação. Já ouvi de diretores que esta é uma questão que alguns pais possam se incomodar, mas também, segundo eles, é uma forma de me preservar (Professor Bruno).

Ocorrem casos, por exemplo, em que a mãe não quis que eu trocasse a fralda de uma menininha de 1 ano (na ocasião eu estava substituindo uma professora) e a proposta da unidade foi "abafar". Eu me posicionei diretamente com a Direção, que chamou a mãe para conversar, mas ela continuou não aceitando que os homens trocassem sua filha. Foi aí que eu me recusei a substituir na turma dessa criança para não me sentir constrangido (Professor Everaldo).

Os conflitos são evidentes quando o homem passa a atuar em uma profissão que possui, como dimensões pedagógicas, o cuidado, a sensibilidade, o afetivo, fazendo surgir diversos questionamentos sobre sua sexualidade. Leva-se à crença de que esse seria "um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças. Em contrapartida, há formas explícitas de conceber as mulheres como assexuadas e puras e, portanto, ideais para este tipo de trabalho" (SAYÃO, 2005, p. 16).

Por outro lado, podemos perceber imagens tipicamente ligadas ao modelo hegemônico masculino, à autoridade, ao disciplinamento, à obtenção de ordem e respeito dentro das normas da escola e da própria vida social, a uma relação de poder e controle, que emergem como mecanismos para explicar a presença do homem na educação das crianças pequenas. Essa visão também permeia as práticas docentes de ambos os sexos, de que seria mais fácil para o professor impor sua autoridade e seu controle sobre as crianças, principalmente sobre os meninos mais agressivos.

Sempre me eram destinadas as atividades mais físicas e manuais, como carregar uma mesa ou mesmo pegar no colo uma criança que caiu no chão. A força está associada como algo masculino. Já outras atividades como trocar fralda/roupa ou mesmo dar colo para os bebês e crianças menores, não sobram pra mim. Então dá pra notar certo grau de conservadorismo para a manutenção de uma ordem que atende o público da instituição. (Professor Carlos).

De início, sempre percebo que alguns ficam um pouco preocupado. Passado o primeiro bimestre, a maioria me relata que a preocupação era como as crianças reagiriam com um homem em sala de aula. Após as primeiras semanas não vejo diferença alguma, muito pelo contrário, vivem dizendo o quanto eles adoraram o fato de ter um professor. Nesta questão, muitas vezes ouço os pais falando que preferem um professor do sexo masculino porque ele acaba sendo mais rígido, mais "duro" e coloca ordem no lugar. Aí entramos de novo na questão de papéis sociais definidos para homens e mulheres (Professor Bruno).

Assim, se verifica a divisão diferenciada do trabalho, as práticas vigiadas pelas outras profissionais da equipe e os constrangimentos por perceber as marcas, explícitas ou veladas, envolvendo as dificuldades imanentes à cultura institucional que exigem posturas dos professores, nas quais o corpo masculino deve ser privado de contatos mais próximos com as crianças. As experiências descritas pelos professores revelaram que a força do preconceito também é bastante presente nas relações, sejam elas dentro da equipe ou com as famílias das crianças. A presença dos preconceitos,

visível nas sutilezas das organizações das práticas educativas ou até mesmo verbalizada, vai permeando as relações cotidianas com as famílias e com os/as responsáveis. A presença desses profissionais, nesses espaços educativos, a partir de muitos desafios cotidianos, vai abrindo pequenas brechas para um complexo processo de lentas mudanças:

Meu relacionamento com algumas famílias ainda se dá pelo enfrentamento diário da comprovação de que eu mereço estar ali, naquele local, mesmo tendo me empenhado em meus estudos e me tornado um profissional da educação. Isso acontece, nitidamente, pelo fato de me assumir como homossexual desde minha entrada no CEI. Aos poucos, esse relacionamento foi mudando, algumas famílias já confiam bem mais em mim do que antes. As coisas vêm mudando pra melhor, mas ainda não posso dizer que me sinto minha relação com os familiares totalmente segura e amigável (Professor André).

Tive turmas e também atuava eventualmente em outras turmas. Nos casos em que fui professor da minha turma, as famílias sempre desconfiavam no início do ano. Houve ocasião em que foram à Direção pedir para trocar de turma por ser homem (Professor Everaldo).

Sendo o único professor homem no meio de dez professoras mulheres, sinto que tive que batalhar um pouquinho para estabelecer a confiança com as famílias. Já ouvi de colegas que eu era super legal, mas que não se sentiriam confortáveis em me ver trocando suas filhas (Professor Carlos).

A conquista de uma "confiança moral" faz parte do ritual de passagem dos professores a fim de que eles possam seguir na carreira, permanecendo na docência. As falas revelam, ainda, um complexo jogo de resistência e de luta pela conquista do espaço e do direito de permanecer exercendo a profissão. Eles carregam os medos e as incertezas de terem que reiniciar novamente todo o processo de aprovação pelo qual tiveram que passar:

Trabalho no mesmo lugar há vários anos. Já sofri com homofobia, mas conquistei o respeito de todos. Até penso em talvez prestar um outro concurso público para outra função, ou até mesmo mudar de escola para uma mais próxima da minha casa, porém o medo de ter que passar por tudo que passei novamente, por vezes chega a me desmotivar (Professor Denis).

"As suspeitas de homossexualidade, perversão, estigmas e preconceitos quanto à idoneidade desses homens evidenciaram a ideia de um homem perverso e sexualmente ativo, presente no imaginário de muitas mulheres e pais" (SAYÃO, 2005, p. 257). Podemos concluir que, assim como observa Louro (2000), a instituição escolar, e, no caso desta pesquisa, a instituição de Educação Infantil, ainda é, sem dúvida, um dos espaços mais resistentes para a discussão sobre a diversidade sexual. Com a suposição de que só se pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, as instituições de educação negam e ignoram a homossexualidade e, desta forma, oferecem muito poucas oportunidades para colocar o debate de tais questões de forma aberta.

Desse modo, é preciso problematizar a ideia de que "o que 'capacita' as mulheres a tocarem nos corpos das crianças e gera a desconfiança quanto ao abuso dos homens é que as primeiras controlariam sua sexualidade, enquanto os homens seriam incontroláveis" (SAYÃO, 2005, p. 189). Assim, o lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2000), favorecendo a reprodução da homofobia presente em nossa sociedade. Podemos perceber que os professores vivenciam ambiguidades presentes nas relações na Educação Infantil e percebem as contradições e conflitos permanentes no processo de construção de suas identidades docentes. Para esses profissionais, permanecer na docência parece significar uma aprendizagem cotidiana de resistência, diante de mensagens e práticas homofóbicas.

Apesar dos professores participantes da pesquisa revelarem muitos momentos de dificuldades e sofrimentos ao longo da construção da carreira, de alguma forma, eles também encontram parcerias para a superação e a criação de estratégias para promover mudanças nas formas de pensar e agir na instituição de Educação Infantil: "Este ano, quando mudou a coordenadora pedagógica, ela comprou minha causa e lutamos juntos por minha permanência através de diálogos em reuniões com pais e professores" (Professor André). Isso revela o importante papel da gestão neste processo de desconstrução de preconceitos e na afirmação dos direitos. Afinal, as possibilidades de superação da homofobia devem fazer parte de um projeto coletivo, não cabendo apenas um enfrentamento e a superação individual.

CONFRONTO COM A HOMOFOBIA

A homofobia constitui-se em uma violência que pode assumir diferentes sentidos: o físico, que atinge diretamente a integridade do corpo do indivíduo, e a violência simbólica, composta por chacotas e pelo tratamento diferenciado. Pode ser compreendida como uma forma de inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar o indivíduo homossexual à semelhança de outras formas de exclusão, como a xenofobia, o racismo ou o sexismo. Ela baliza além das fronteiras sexuais e de gênero, fazendo com que todos os indivíduos não pertencentes à ordem clássica sejam vitimados pela violência homofóbica, agregando em sua expressão sentimentos de repulsa ou hostilidade às pessoas que possuem desejos por outras do mesmo sexo.

Borrillo (2010) define a homofobia como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem o desejo ou têm práticas sexuais

com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Esta é, assim, uma construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade – hétero – em detrimento de outra – homo –. A homofobia organiza, então, uma hierarquização das sexualidades e, desta postura, extrai consequências políticas.

Sendo assim, podemos dizer que a homofobia se torna inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações entre os sexos e as sexualidades. O conceito de homofobia problematiza que essa violência se funda, especialmente, na rígida hierarquia que situa outras formas de vivência da sexualidade em lugares inferiores.

Os homossexuais, de modo mais específico, os homossexuais brasileiros, têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização em que foram colocados na sociedade. Para além da luta pelo reconhecimento da legitimidade de direitos civis, sociais e políticos, a atuação desses sujeitos têm se desdobrado em um notável envolvimento para a construção de políticas públicas que assegurem o seu reconhecimento como cidadãos.

Em uma sociedade em que as pessoas não são apenas heterossexuais, mas a qual é marcadamente heteronormativa (RIOS, 2007), a heterossexualidade é instituída como padrão e se naturaliza como a única expressão sexual e identitária.

Nessa perspectiva, o diálogo deve ser pautado na consciência de que nossa sociedade é plural e diversificada, com pessoas, cores e gostos diferentes e tais distinções devem ser levadas em consideração de forma a serem vistas como parte de um todo e não como estando à margem dela. Sendo assim, temos que refletir que as instituições educacionais necessitam abrir espaço para as discussões sobre a diversidade. Britzman (1996) descreve muito bem as fantasias envolvidas no medo de professores/as em abordar o tema da diversidade sexual no espaço escolar onde:

[...] existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de "recrutar" jovens inocentes [...] Também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser gay ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos (BRITZMAN, 1996, p. 79-80).

Contudo, para Borrillo (2010, p. 15) "a homossexualidade deveria manter-se fora de qualquer intervenção institucional, do mesmo modo que a cor da pele, a filiação

religiosa ou a origem étnica, ela deve ser considerada um dado não pertinente na qualificação do sujeito de direitos". Em referência às questões a respeito das práticas homofóbicas, há de se identificar como elas acontecem dentro da família, nos diversos agrupamentos e organismos, que povoam o sistema social, e dentro do espaço educacional – lugar de formação, manutenção ou transformação, de valores e comportamentos. Louro (2000) nos lembra que:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2000, p. 30).

Desse modo, procuramos compreender os significados de homofobia para os professores participantes da pesquisa. Suas falas abordam a questão das violências no ambiente educacional, refletindo sobre as práticas sexistas e homofóbicas que nos provocam a pensar no enfrentamento dessas formas de agressões perante os direitos humanos; elas, também, nos levam a refletir sobre como os espaços educacionais da Educação Infantil ainda enfrentam dificuldades em compatibilizar a complexa vinculação entre políticas públicas de educação e demandas sociais no que diz respeito à igualdade de gênero e ao combate à homofobia.

As reflexões dos professores, suas perspectivas e opiniões sobre homofobia deram-nos ideias que nos ajudam a problematizar as facetas desta forma de violência, muitas vezes invisibilizadas e silenciadas. A presença da homofobia em nossa sociedade, com reflexo nos espaços das instituições de Educação Infantil, marcou as experiências desses sujeitos enquanto docentes e deixa muitas pistas para refletir sobre os desafios que temos diante da questão:

Acho que é um ato de violência, se expressando de várias formas. Mas, sobretudo, uma prática violenta em não aceitar o outro por sua orientação sexual, por seu desejo (Professor Carlos).

Homofobia, em minha concepção, é o preconceito que expressa toda a ação de repúdio, aversão, ódio e violência – verbal ou não verbal – contra homossexuais, mas que, infelizmente, em nosso país, não é considerada como crime (Professor André).

Conceituo homofobia como um discurso composto por preconceito e, muitas vezes, por ódio contra um sujeito LGBT. Acredito que a homofobia ocorra de diversas formas por estar enraizada na nossa sociedade. Isso vai desde "piadinhas" tidas como inofensivas até a agressão física ou verbal. Em tempos de internet, também vemos a agressão escrita escondida por trás do "essa é minha opinião" (Professor Bruno).

A homofobia não precisa ser necessariamente uma violência física, mas, como já aconteceu comigo, sofri ameaça de um pai por ser homossexual, murmurinhos e cachota de professoras dizendo que eu precisava ir pra igreja me curar. Sofri com

a tentativa de tentar mudar minha postura – seguir um padrão normal – em relação com os pais e professoras, entre outras coisas. Tudo isso por preconceito à minha sexualidade (Professor André).

As definições de homofobia, relatadas por esses professores, acabam sendo construídas a partir de uma invisibilidade e de uma falsa inclusão que parecem marcar o processo de construção identitária docente. Os professores Bruno, Carlos e Everaldo nos alertam para estas e outras questões:

Meus chefes sabem da minha condição sexual e nunca demonstraram ter problemas algum. Além disso, na escola além de mim, há mais dois profissionais gays e uma lésbica. No entanto, acredito que a nossa figura do professor acaba sendo de uma pessoa assexuada. Nada é dito para os alunos, nada é questionado pelos pais e as coisas fluem de modo comum (Professor Bruno). Mesmo todos do corpo docente sabendo sobre minha orientação sexual, sempre tem aqueles olhares e desconfianças. Por exemplo, na festa junina, ficavam me perguntando quem eu iria levar como companheiro, se realmente era da minha família, se morava na mesma casa que eu. Ouço também relatos e perguntas referentes a professores homens, próximos a mim, que enviaram currículo para trabalhar na mesma escola: “São gays? Porque assim, eu vejo que já trabalharam com você, tem boa formação, mas um já está bom né? Não dá para aceitar tantos gays assim”. É uma forma silenciosa e indireta de homofobia (Professor Carlos). As pessoas fingem que aceitam, dizem que está tudo bem, mas nos detalhes, nas entrelinhas demonstram rejeição, excluem (Professor Everaldo).

Ao abordarem que já sofreram violência relacionada diretamente sobre a questão da orientação sexual no local de trabalho, podemos perceber que tal violência está, muitas vezes, ligada às famílias das crianças:

Me propus a assumir minha orientação sexual frente a todas as profissionais do CEI. Com isso, com o passar do tempo, os murmurinhos começaram e alguns pais pediram a minha remoção do CEI, pois iria influenciar e ensinar seus filhos a serem homossexuais. Um pai uma vez até me ameaçou caso o comportamento do filho começasse a mudar dentro de casa, pois o filho dele era homem de verdade e não podia ser mariquinha, que tinha que gostar é de mulher. Estamos falando de crianças de 4 e 5 anos de idade (Professor André).

Existe uma forte tendência de associar o professor homem à iminência de ameaça à integridade da criança e, no que concerne aos docentes homossexuais, a noção de péssima referência, especialmente, para os meninos, pontos esses que se mostram presentes nesse excerto. Existe a ideia de que a homossexualidade possa ser “transmitida” às crianças pelo contato com os esses professores. Ou, ainda, de que homossexuais são pessoas promíscuas e, por isso, não idôneas, sendo, portanto, péssimas influências para meninos e meninas. Todas essas representações estão presentes no imaginário social de creches e pré-escolas e passam a ser difundidas e retroalimentadas quando um professor homem se apresenta como gay, apesar de serem ideias passíveis de inúmeros questionamentos.

A pesquisa de Rabelo revela como os docentes sofrem preconceito quando

mostram "características femininas e são considerados homossexuais (logo, maus exemplos que não podem dar aulas para crianças)" e quando se questiona sua capacidade, por mostrarem "características masculinas (que não são boas para o ofício)" (RABELO, 2013, p. 916). Sayão (2005) também destaca a presença da homofobia na Educação Infantil ao investigar como os significados sociais de gênero são representados e como são atribuídos significados sociais, hierarquias e diferenças relacionadas à presença de homens em creches e pré-escolas. A autora problematiza a ideia do professor como aquele que ensina "à meninos e meninas, quais são as posições legítimas que devem ocupar no espaço social, as mais 'sadias' ou mais normais em contraposição às que necessariamente devem ser rejeitadas" (SAYÃO, 2005, p. 262).

Sayão questiona a ideia do que significa "a criança nesta idade ter o professor como um referencial", ou de que "as crianças se identificam demais com tudo o que veem e, por isso, terem um professor homossexual poderia despertar tais sentimentos especialmente nos meninos" (2005, p. 224). Segundo a pesquisadora, esse pensamento construiu-se por "uma lógica em que a homossexualidade era percebida como "produto" da relação com uma única pessoa, no caso o professor, e concebida como algo que acontece mecanicamente: professores homossexuais = crianças homossexuais." (SAYÃO, 2005, p. 224).

Louro chama a atenção para a ideia de "apartheid sexual" (McLaren, 1995 apud Louro, 2000, p. 29), que é uma segregação promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/das homossexuais como pelos/as próprios/as. Consentida e ensinada na escola, a homofobia se expressa pelo desprezo e pelo afastamento. Como se a homossexualidade fosse "contagiosa", cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade.

A partir das construções sociais de gênero, meninos e meninas são educados, desde a mais tenra idade, para corresponder a modelos pré-determinados e excludentes do que é ser homem ou mulher em cada cultura ou sociedade, e os estudos de gênero indicam o modo como aprendemos a diferenciar e a hierarquizar os sexos. Podemos perceber que a homofobia, dentro do ambiente da Educação Infantil, é repleta de facetas e de cruéis estratégias:

Chegaram a me pedir para negar, caso eu fosse questionado por algum familiar de aluno quando se fosse abordado quanto a minha sexualidade, me orientando a dizer a todos que eu era casado com uma mulher e que era pai de uma menina, para assim ter o "respeito" da comunidade. Um grupo de professores evangélicos se afastou de mim depois que assumi minha sexualidade publicamente. Porém, hoje, isso tudo não é nada comparado ao respeito dentro das relações que

construí, de modo a silenciar (pelo menos perto de mim) as falas e atitudes preconceituosas (Professor Denis). Já tive famílias de alunos que se recusaram a deixar suas crianças comigo na escola. Já houve famílias que me pediram atestado de antecedentes criminais, me julgando ser uma pessoa “de má índole”. Já sofri com profissionais do meu local de trabalho que não queriam me deixar desempenhar minhas funções de professor com a porta da sala fechada, por medo que eu abusasse de alguma criança (Professor Denis).

A força da homofobia tem sua materialização no plano das relações sociais, das atitudes arbitrarias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito que produzem violações de direitos humanos (RIOS, 2007), assim como tem fonte na forma de pensamento social que diferencia valorativamente os modelos de pessoa masculina e feminina e suas funções sociais (AMÂNCIO, 1998). Neste sentido, é urgente compreender a importância da discussão da diversidade de gênero e sexual como importantes elementos constitutivos da identidade docente na Educação Infantil, o que pode ampliar as condições de analisar criticamente as situações de subalternidade, desigualdades e violências, no sentido de tomar consciência do papel dessas instituições de Educação Infantil frente a tal reprodução. A discussão também se transforma em uma perspectiva da emancipação das/os profissionais envolvidas/os com a educação da pequena infância diante da urgência em desnaturalizar as justificativas históricas pautadas nas desigualdades sociais e preconceitos, fortemente cristalizados em nossa sociedade.

São muitas as dificuldades que se tramam e se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada nível da experiência cotidiana. Elas, inclusive, referem-se a incompreensões acerca da homofobia e de seus efeitos, sejam sociais ou institucionais, sendo merecedoras da atenção das políticas públicas e também da formação docente. Estamos diante, portanto, de um grande desafio que requer iniciativas inovadoras que visem à promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, avulsas das práticas sexuais e/ou performances sociais de gênero, por meio da superação do silêncio sobre a diversidade sexual agregado à naturalização da heterossexualidade. Para Lionço e Diniz (2008), é fundamental que haja a afirmação da diversidade sexual nos espaços educativos, pois entendem que essa é uma estratégia necessária para o seu reconhecimento como valor social a ser preservado, rompendo com o ciclo de violação de direitos de marginalização das práticas sexuais e identidades de gênero não hegemônicas.

Junqueira (2009) nos lembra que, ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos

também compreender que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação.

É importante ressaltar que a docência, nessa etapa da educação, é uma profissão que vem sendo construída diariamente pelos/as profissionais, homens e mulheres que nela atuam diretamente. Nesse sentido, a questão da profissionalização ainda é considerada urgente e permite produzir novos questionamentos críticos e investigações sobre o processo histórico que a constitui. Nisso, temos ainda grandes desafios de desnaturalizar as concepções históricas que justificam as desigualdades sociais e de gênero e problematizar importantes aspectos que a norteiam (BATISTA; ROCHA, 2018).

Se as motivações que levam os homens a escolherem esse espaço profissional são distintas, também são distintos e múltiplos os desafios e as problemáticas que acompanham as suas trajetórias em creches e pré-escolas. Além de começarem, ainda que lentamente, a ocupar os espaços profissionais culturalmente vinculados às mulheres, contribuindo para o rompimento das fronteiras que delimitam as profissões próprias para cada sexo, esses professores questionam a ordem de gênero e sexual e tencionam esses polos opostos e dicotômicos. Eles perturbam as masculinidades e feminilidades heteronormativas, embaralham noções tradicionais e, embora atuem, ainda, sob os olhares de objeção, dúvida e suspeita, sua presença em creches e pré-escolas faz despontar representações que tencionam estereótipos de gênero e de sexualidade na comunidade educativa de creches e pré-escolas, engendrando novas posturas e relações.

Diante de tantos desafios, o reconhecimento da homofobia como um fenômeno discriminatório a ser enfrentado pelas instituições educacionais é algo atual e polêmico nas políticas públicas de educação no Brasil. Apesar do MEC (Brasil, 2004, 2007, 2008) ter apoiado cursos de capacitação de docentes no tema da diversidade sexual, hoje vivemos em um tempo de retrocessos, censuras e silenciamentos destas temáticas, favorecendo posturas acríticas e despolitizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados, ao longo do artigo, possibilitaram conhecer e analisar os caminhos trilhados por homens homossexuais na construção de suas identidades docentes na Educação Infantil. Embora tenham a formação necessária que os torne profissionais, estes docentes necessitam de um tempo maior para demonstrarem suas

competências e habilidades para educar e cuidar as crianças pequenas, uma vez que estas ainda são vistas como funções naturais do sexo feminino, reforçando, desta forma, estereótipos e preconceitos.

No entanto, como Sayão (2005) nos lembra, existem diferentes formas de cuidar/educar, ou seja, a docência na Educação Infantil não é, somente, uma prerrogativa das mulheres, mas também dos homens. Embora as relações com os/as demais profissionais e algumas famílias sejam consideradas boas, neste espaço socialmente denominado como feminino, nota-se certo estranhamento de modo que estes sujeitos são vistos como se estivessem fora de seus lugares e, como consequência, acabam sofrendo preconceito e discriminação de gênero e sexo.

Os dados revelam que a construção da identidade do docente homossexual, do sexo masculino, se dá principalmente pela força da sua resistência e persistência cotidiana contra as violências institucionais de gênero frente às relações com as famílias, educadores/as, professores/as e gestão das creches e pré-escolas. Podemos perceber que a preservação do direito de exercer a profissão docente é, assim, de certa forma, um modo de resistência que carrega a compreensão de que é possível modificar as desigualdades e violências presentes em nossa sociedade. A presença e a persistência desses profissionais nos espaços da Educação Infantil permitem, então, que se inicie um processo de questionamentos e mudanças.

O espaço educativo de creches e pré-escolas deve ser um espaço de formação de cidadania e de respeito aos direitos humanos. Desse modo, os/as docentes devem ser encorajados/as a apropriarem-se de responsabilidade no combate a todas as formas de preconceitos e discriminação que o permeiam. Diante do desejo de construirmos uma sociedade mais justa, solidária, livre de preconceitos e discriminações, tornou-se necessário identificarmos e enfrentarmos as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizarmos, desestabilizarmos e subvertermos a homofobia.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lígia Barros Queiroz. **Masculino e feminino**: a construção social da diferença. Lisboa, Edições Afrontamento, 1998.

ÁVILA, Maria José Figueiredo. **As professoras de crianças pequenininhas e o cuidar e educar**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BATISTA, Rosa Rosa; ROCHA, Eloisa Candal. Docência na Educação Infantil: origens de uma constituição profissional feminina. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 95-111, maio, 2018.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer e superar preconceitos (Cadernos Secad, 4). Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Educação Básica**, 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). **Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: SEDH. 2008.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan/jun., 1996.

CAMBI, Franco. La Scoperta del genere. Società Italiana, cultura pedagogica e questione femminile. In: ULIVIERI, Simonetta. **Educazione e ruole femminile**. La condizione delle donne in Italia nel dopoguerra a oggi. La Nuova Italia, 2000.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de Educação Infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, p.1-50, 2002.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Responfrnt-Driven Sampling**: uma descrição de métodos. 2003. Monografia (Bacharelado em Estatística) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, dez/2003.

FINCO, Daniela. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher**: relações de gênero de meninos e meninas na pré-escola. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FINCO, Daniela. A presença dos professores homens na Educação Infantil: desafios atuais da luta contra as violências de gênero. **Revista Pátio**: Gênero e Infância, Porto Alegre, v. 11, jun. 2016.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 469-496.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.8, n.16, p.307-324, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n16/v8n16a09.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. *In*: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO Benedito Medrado. (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS, ed. 34, 1998.

OLIVEIRA, Vinicius Expedito Mena de. **"Enfrentei muitas tempestades como professor de Educação Infantil"**: homossexualidade masculina e identidade docente. 2018. Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop1132.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

RAMOS, Joaquim. O ingresso e a permanência de professores homens na Educação Infantil: a desconstrução de lugares fixos. *In*: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **9º Prêmio construindo a igualdade de gênero**. Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados, 2013. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. p. 27-57. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/spm_9premio_web.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens na Educação Infantil e as relações de gênero na rede Municipal de Belo Horizonte** – MG. 2011. Dissertação (mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, 2011.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*: POCAHY, F. **Rompendo o**

silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-28.

SAPAROLLI, Eliana. **Educador infantil:** uma ocupação de gênero feminino. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, São Paulo, 1997.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil:** um estudo de professores em creches. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina., Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106572>. Acesso em: 22 set. 2020.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 72, jul. /dez. 1995.

SILVA, Peterson Rigato da; SILVA, Tassio José; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol.29, n.58, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n58/1809-4449-cpa-58-e205815.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

SILVA, Peterson Rigato da. **Não sou tio, nem pai, sou professor!** A docência masculina na Educação Infantil. 2014. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/319170/1/Silva_PetersonRigato_da_M.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

SILVA, Peterson Rigato da. A presença masculina na Educação Infantil: diversidade e identidades na docência. *In:* FARIA, Ana Lúcia G. de; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 104-120.

SILVA, Peterson Rigato da. **Construindo um outro olhar sobre o docente na Educação Infantil:** memórias de um profissional de pré-escola pública piracicabana. 2006. Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2006.

SILVA, Karine Zimmer da; BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 27-41, mai. 2018.

NOTAS

“ENFRETEI MUITAS TEMPESTADES COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL”: UM DEBATE SOBRE IDENTIDADE DOCENTE E HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

“I have faced many storms as a teacher of Early Childhood Education”: a debate on teaching identity and male homosexuality

Vinicius Expedito Mena Oliveira

Pedagogo
Universidade Federal de São Paulo
Departamento de Educação
Guarulhos, São Paulo, Brasil
vinciusmena@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4285-4827> 

Daniela Finco
Doutora em Educação
Professora Associada
Universidade Federal de São Paulo
Departamento de Educação
Guarulhos, São Paulo, Brasil
dfinco@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-5731-1091> 

Endereço de correspondência dos autores

Av. Conceição, 3010, Casa 04, Jardim Japão, CEP 02135000, São Paulo-SP, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Coleta de dados: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Análise de dados: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Discussão dos resultados: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Revisão e aprovação: Todos os autores contribuíram substancialmente.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista



Recebido em: 15-07-2020 – Aprovado em: 27-09-2020

